

ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Regina Maria Filomena de Luca Miki, Presidente do CGFNSP e representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNSP e representante suplente da SENASP; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Rafael Martins Neto, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ausente justificadamente o representante da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. A Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Autorização para aquisições diretas no âmbito do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública: Fardamento; Abastecimento de aeronave; Armamento; Coletes e capacetes; Viaturas; Pneus para viaturas; Apetrechos (mochila tática, mochilão camuflado e saco de dormir); Protetor solar; TV 52" e colchão pneumático e 2) Autorização para aquisição direta para os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil: Desencarceradores para resgate de vítimas presas nas ferragens em acidentes e Equipamento de Proteção Respiratória – ERP.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, a palavra foi concedida ao Tenente Coronel Silvio Tucci que apresentou as aquisições diretas relacionadas ao Departamento Nacional da Força Nacional de Segurança Pública. Inicialmente, ele explicou que a aquisição dos protetores solares ocorreu em caráter emergencial e teve por finalidade dar proteção aos policiais mobilizados para atuarem na “Operação Redentor” ocorrida na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Igualmente, o colchão pneumático também foi adquirido em caráter de emergência e urgência devido à fatalidade ocorrida com o 2º. Sargente da PMMT, Carlos Alberto Albues Petronilio, que foi vítima de assalto em Brasília, quando foi baleado em sua coluna cervical sofrendo fraturas nas vértebras cervicais C6 e C7, que o deixou tetraplégico, tendo sido prescrito o uso de colchão pneumático durante a assistência médica; A obtenção de combustível aeronáutico visa manter a aeronave da Força Nacional em condições de pronto emprego, possibilitando apoio imediato às operações desencadeadas ou apoiadas pela Força em todo o território nacional. O abastecimento foi estimado em 518 horas de voo por ano, considerando-se que o consumo de uma aeronave tipo AS 350 B2 é de aproximadamente 193 litros de querosene de aviação por hora de voo, assim em 518h tem-se o equivalente a 100.000 (cem mil) litros de combustível consumido. As aquisições de viaturas, coletes, capacetes e armamento (pistolas e carabinas), embora tratem de itens distintos guardam relação entre si, porquanto todos estes bens irão possibilitar o cumprimento do Acordo Cooperação firmado entre a SENASP e os Estados, no âmbito do Batalhão Escola de Pronto Emprego – BEPE. Foi acordado que os Estados que cederam à SENASP efetivo de suas polícias, por um período de um ano, receberão como contrapartida, o seguinte legado: quatro viaturas e 01 pistola, 01 carabina, 01 colete e 01 capacete para cada integrante oferecido pelo Estado. Sendo assim, para cumprimento do acordo serão adquiridos: 92 viaturas e 451 unidades dos seguintes itens: pistolas, carabinas, capacetes balísticos e coletes balísticos. Em seguida, o TC Tucci exibiu uma apresentação contendo imagens de cada uma das peças que compõem o fardamento da força nacional, a saber: boinas, bonés (03 tipos), chapéu camuflado, gandola, camiseta, jaqueta, calça, cinto nylon, cinto operacional policial, cinto operacional bombeiro, coturno, colete tático, camisa pólo e jaleco. Neste contexto, a Presidente explicou que os uniformes da Força Nacional não são adquiridos por lojas especializadas, como ocorre nos Estados, eles são adquiridos e fornecidos diretamente pela Força, motivo pelo qual são feitas sucessivas aquisições para reposições e suprimento de fardamento. Na sequência, também foram exibidas imagens dos itens denominados apetrechos, quais sejam: mochila tática, mochilão camuflado e saco de dormir e ainda foi explicada a finalidade desses itens nas operações da Força. Cabe registrar, que a quantidade prevista para cada um desses itens foi de 2.062 unidades. Posteriormente, o TC Tucci explanou os motivos que levaram à solicitação de aquisição de pneus para viaturas, ocasião em que foi explicado que

o desgaste dos pneus para viaturas policiais ocorre de forma acelerada porque os pneus são desenvolvidos para carro de passeio, sendo que a viatura policial é obrigada a carregar diariamente um aparato pesado, como: armamento, munição, equipamentos de proteção e o próprio fardamento (colete balísticos, cintos, etc) e isso altera o peso da viatura em mais de 30% provocando um desgaste mais rápido dos pneus. Além disso, o tráfego das viaturas muitas vezes ocorrem em locais acidentados e de difícil acesso, tornando o seu uso mais agressivo. Ante esta colocação, o Conselheiro Paulo Machado indagou se no plano de manutenção das viaturas seria possível inserir a compra de pneus e outros itens indispensáveis ao uso da viatura. O TC Tucci explicou que a Força tem um contrato de manutenção de viaturas em andamento, porém neste contrato, por motivos que ele desconhece, não foi contemplado pneus. Dito isso, a Presidente sugeriu a revisão deste contrato pela Força e pela Coordenação Geral de Logística/MJ, ponderando que a inclusão de pneus em contrato de viaturas policiais é extremamente importante porque o desgaste de pneus além de provocar problemas na suspensão do automóvel, antecipando a troca de peças, coloca em risco a segurança dos policiais. Finalizando, o TC Tucci explicou que foram adquiridas 02 TV's de 52 polegadas para a montagem do Centro de Comando e Controle Integrado do Ministério da Justiça, o qual permite o monitoramento e o acompanhamento de todas as informações relacionadas às operações da Força. Cabe esclarecer, que o valor inserido no Documento de Oficialização da Demanda – DOD foi o valor estimado antes da aquisição, porém o valor registrado no documento que fez o encaminhamento dos DOD'S foi o valor final de compra, isto é, R\$ 6.998,00. A Presidente explicou que atualmente estão sendo monitoradas em tempo real 54 operações da Força deflagradas em diversas partes do território nacional. A Presidente acrescentou que o acompanhamento das operações é importante porque além de possibilitar o controle e vigilância de tudo o que está ocorrendo, também dá ao policial que está atuando, por exemplo, na selva ou em algum lugar distante, uma sensação maior de proteção, na medida em que ele sabe que receberá auxílio no caso de uma necessidade. Neste íterim, a Presidente sugeriu que a próxima reunião do Conselho ocorresse na sala de reunião do Centro de Comando e Controle assim os conselheiros poderiam ver o Centro em funcionamento, esta sugestão foi acolhida pelos Conselheiros. Continuando, a Presidente indagou aos Conselheiros se mediante o que foi exposto e mais os documentos que previamente foram encaminhados (DOD's) havia algum esclarecimento a ser feito. Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira recordou que em reuniões ocorridas em anos anteriores, a SENASP sempre defendeu a compra de armas com menor potencial ofensivo, assim sendo, indagou se a aquisição da carabina mencionada estava dentro dos preceitos definidos pela SENASP. Foi explicado que este tipo de armamento será utilizado por grupo especializado, ou seja, por policiais habilitados para manuseá-los. Foi esclarecido também que em alguns Estados os grupos especializados utilizarão estas carabinas nas áreas de fronteiras. Dito isso, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira informou à Presidente que havia feito indagações à gestão anterior da SENASP sobre o Programa Especializado de Fronteiras – PEFRON instituído naquela oportunidade, no que se referiam às aquisições solicitadas à época e à atuação de policiais estaduais nas fronteiras. Do mesmo modo, ele havia feito questionamentos acerca das Guardas Municipais em dois aspectos: 1) a competência das Guardas para atuarem em segurança pública e 2) a utilização de armas pelas Guardas em desacordo com a lei do desarmamento. A Presidente explicou que a SENASP nunca financiou armas de fogo para as Guardas Municipais. Em seguida, destacou que há diversos julgados a respeito do uso de armas de fogo pelas Guardas, contudo não entraria neste mérito. Dito isto, explicou que quanto ao regime das Guardas a SENASP está trabalhando na iniciativa de um projeto de lei para regulamentar as atividades das Guardas Municipais, ou seja, regulamentar o parágrafo 8º. do artigo 144 da Constituição Federal. A Presidente ponderou que a maneira como esta situação está colocada no País, as Guardas acabam atuando em um limo perigoso porque dependendo da situação: ora a Guarda pode atuar; ora ela deve atuar; e ora ela não pode fazer nada. Ou seja, se um guarda uniformizado se deparar com uma situação de assalto, ele na qualidade de agente do Estado e também com amparado nas leis atuais de o que: “qualquer cidadão pode dar voz de prisão”, estará ele numa situação conflituoso: Se não agir ele prevaricou, se agir pode ser acusado de usurpar a função pública. A Presidente informou que já havia sido comandante de Guarda Municipal no Estado de São Paulo, portanto tinha conhecimento que este era um fato complicador muito grande para quem atua na ponta, porque os comandantes podem ser chamados para explicar porque o guarda atuou e porque o guarda não atuou. Disto isso, ela voltou a destacar que a SENASP já está providenciando uma solução para esta situação. Quanto ao projeto de fronteiras, a Presidente explicou que na sua gestão todos os empenhos

relativos às aquisições do PEFRON foram cancelados. Ela informou que o conceito do projeto esta sendo revisto, isto é, está sendo escrita uma política estruturante de fronteiras junto com os Estados e com os países vizinhos. Portanto, a política será definida após o fechamento desse conceito e do reconhecimento da expertise de trabalho de cada Estado que atua nas diversas fronteiras do País. A Presidente destacou que primeiro será apresentando ao Conselho o conceito e o desenho da nova política de fronteiras, posteriormente, se necessário, será proposta a compra de equipamentos. Na seqüência, as aquisições da Força foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade, conforme discriminações contidas nos DOD's que serão anexados a esta ata e de acordo com os valores explicitados na tabela destacada abaixo.

Dando prosseguimento, a Presidente passou a palavra para o Capitão Rodrigo Quintino que expôs o tema relacionado às aquisições para os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Inicialmente, o citado servidor destacou os seguintes pontos: 1) panorama geral: os bombeiros militares são instituições estaduais, instalados em 706 municípios com cerca de 69.000 profissionais que atuam nas atividades de bombeiros como: combate a incêndio; busca e salvamento; atividade de resgate e atendimento pré-hospitalar e outras atividades que estão afetas à prevenção de incêndio em estruturas prediais; 2) a estrutura de bombeiros no Brasil foi iniciada junto com as Policiais Militares – PM's, contudo atualmente 23 bombeiros foram emancipados e não fazem mais parte das polícias militares, ou seja, somente quatro bombeiros são orgânicos porque ainda compõem a estrutura das PM's; 3) avaliação da atividade dos CBM's: a atividade de bombeiro goza de alta aprovação e aceitação junto a sociedade, tendo as últimas pesquisas nacionais apontado 96% de aceitação da população, sendo considerada a profissão mais bem aceita pela sociedade. O servidor explicou que esses números passam a falsa impressão de que estas instituições estão bem e que bombeiros não precisam de investimentos. Contudo, o que se vê é uma carência muito grande de equipamentos de bombeiros porque eles são caros em razão de suas especificidades, assim os Estados acabam investindo pouco em suas instituições devido à escassez de recursos para fazer frente às necessidades apresentadas. O servidor esclareceu que as aquisições propostas foram motivadas por um pedido apresentado pela Liga Nacional dos Comandantes de Bombeiros Militares do Brasil - LIGABOM, a saber: Descarceradores e Equipamento de Proteção Respiratória – ERP. Na seqüência, o servidor explicou, por meio de fotos, as características e as funcionalidades do descarcerador, cuja finalidade é resgatar vítimas presas nas ferragens em acidentes. Serão adquiridos 54 equipamentos, sendo 02 para cada Corpo de Bombeiro Militar das 27 Unidades Federativas – UF. Após, também mediante exposição de fotos, o servidor explicou detalhadamente o EPR que é utilizado em ambientes com atmosfera perigosa tanto para a vida do bombeiro como para a vida de vitimas a serem resgatadas, como: falta de oxigênio, temperaturas elevadas, fumaça ou atmosfera tóxica. Serão adquiridos 405 EPR's dotados de capuz para resgate de vítimas, sendo 15 aparelhos por UF's. Finda a exposição o pleito foi colocado em votação e aprovado sem objeções, conforme valores constantes da tabela abaixo e DOD's que acompanham esta ata.

OBJETO DA DEMANDA	AÇÃO	VALOR REFERENCIADO NO D.O.D. (R\$)	
		Aquisição Imediata/2011	Aquisição Global
Protetor solar	2B00	14.544,00	14.544,00
Colchão pneumático	2B00	1.050,00	1.050,00
2 TV LED 52"	2B00	6.998,00	6.998,00
Apetrechos (mochila tática, mochilão camuflado e saco de dormir)	2B00	2.053.752,00	2.053.752,00
Pneus para viaturas	2B00	965.940,00	3.648.538,00
Viaturas (BEPE)	2B00	7.465.416,36	7.465.416,36
Abastecimento de aeronave	2B00	472.320,00	472.320,00
Fardamento	2B00	1.735.604,00	3.568.168,00
Armamento (pistolas e carabinas)	2B00	2.775.454,00	2.775.454,00

Coletes e capacetes	8988	1.354.127,00	1.354.127,00
Desencarcerador	8988	1.500.000,00	1.500.000,00
Equipamento de Respiração Autônomo	8988	3.500.000,00	3.500.000,00
Total Geral		21.846.281,36	26.361.443,36

Findos os assuntos de Pauta, a Presidente recordou aos conselheiros que eles haviam pactuado que as reuniões ordinárias do Conselho ocorrerão na primeira quarta-feira de cada mês, todavia no mês setembro a primeira quarta-feira será feriado, motivo pelo qual foi proposto que a próxima reunião fosse realizada excepcionalmente numa quinta-feira. A proposta foi aceita e a reunião foi agendada para o dia 08/09.

Nada mais havendo para tratar, a Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e trinta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Regina Maria Filomena de Luca Miki
Presidente do CGFNSP

Paulo Machado
Ministério da Justiça

Rafael Martins Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Procuradoria-Geral da República